

FLÁVIO TARTUCE
DANIEL AMORIM ASSUMÇÃO NEVES

MANUAL DE
**DIREITO DO
CONSUMIDOR**
DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL
VOLUME ÚNICO

13^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



EDITORA
MÉTODO

- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 16.02.2024
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- **Direitos exclusivos para a língua portuguesa**
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro - RJ - 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T198m
13. ed.

Tartuce, Flávio
Manual de direito do consumidor : direito material e processual, volume único /
Flávio Tartuce, Daniel Amorim Assumpção Neves. - 13. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de
Janeiro : Método. 2024.
928 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-998-3

I. Brasil. [Código de defesa do consumidor (1990)]. 2. Defesa do consumidor -
Legislação - Brasil. I. Neves, Daniel Amorim Assumpção. II. Título.

24-88204

CDU: 34:366.542(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

SUMÁRIO

1.ª PARTE
DIREITO MATERIAL
Flávio Tartuce

1. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA POSIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	3
1.1. Primeiras palavras sobre o Código de Defesa do Consumidor. O CDC e a pós-modernidade jurídica	3
1.2. O Código de Defesa do Consumidor como norma principiológica. Sua posição hierárquica.....	8
1.3. O Código de Defesa do Consumidor e a teoria do diálogo das fontes	15
1.4. O conteúdo do Código de Defesa do Consumidor e a organização da presente obra.....	22
 2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR....	 25
2.1. Primeiras palavras sobre os princípios jurídicos	25
2.2. Princípio do protecionismo do consumidor (art. 1º da Lei 8.078/1990)....	28
2.3. Princípio da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, inc. I, da Lei 8.078/1990).....	30
2.4. Princípio da hipossuficiência do consumidor (art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990)	33
2.5. Princípio da boa-fé objetiva (art. 4º, inc. III, da Lei 8.078/1990)	34
2.6. Princípio da transparência ou da confiança (arts. 4º, <i>caput</i> , e 6º, inc. III, da Lei 8.078/1990). A tutela da informação	40
2.7. Princípio da função social do contrato	47
2.8. Princípio da equivalência negocial (art. 6º, inc. II, da Lei 8.078/1990)	56
2.9. Princípio da reparação integral dos danos (art. 6º, inc. VI, da Lei 8.078/1990). Os danos reparáveis nas relações de consumo.....	58

2.10.	Princípios de preservação do mínimo existencial ou patrimônio mínimo dos consumidores e do crédito responsável, para a proteção e o tratamento do superendividamento do consumidor (art. 6.º, incs. XI e XII, da Lei 8.078/1990)	69
3.	ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	75
3.1.	A estrutura da relação jurídica de consumo. Visão geral	75
3.2.	Os elementos subjetivos da relação de consumo	76
3.2.1.	O fornecedor de produtos e o prestador de serviços. O conceito de <i>fornecedor equiparado</i>	76
3.2.2.	O consumidor. Teorias existentes. O consumidor equiparado ou <i>bystander</i>	81
3.3.	Elementos objetivos da relação de consumo	101
3.3.1.	Produto	101
3.3.2.	Serviço	106
3.4.	Exemplos de outras relações jurídicas contemporâneas e o seu enquadramento como relações de consumo	120
3.4.1.	O contrato de transporte e a incidência do Código do Consumidor	120
3.4.2.	Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor	123
3.4.3.	O condomínio edilício e o Código de Defesa do Consumidor	125
3.4.4.	A incidência do Código do Consumidor para os contratos de locação urbana	127
3.4.5.	A Lei 8.078/1990 e a previdência privada complementar	132
3.4.6.	Prestação de serviços educacionais como serviço de consumo	133
3.4.7.	As atividades notariais e registrais e a Lei 8.078/1990	135
3.4.8.	As relações entre advogados e clientes e o Código de Defesa do Consumidor	136
4.	RESPONSABILIDADE CIVIL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	139
4.1.	A unificação da responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade civil objetiva e solidária como regra do Código do Consumidor (risco-proveito). A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais como exceção	139
4.2.	Análise dos casos específicos de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	149
4.2.1.	As quatro hipóteses tratadas pela Lei 8.078/1990 em relação ao produto e ao serviço. Vício <i>versus</i> fato (defeito). Panorama geral e a questão da solidariedade	149
4.2.2.	Responsabilidade civil pelo vício do produto	155
4.2.3.	Responsabilidade civil pelo fato do produto ou defeito	172
4.2.4.	Responsabilidade civil pelo vício do serviço	179
4.2.5.	Responsabilidade civil pelo fato do serviço ou defeito	184

4.3.	O consumidor equiparado e a responsabilidade civil. Aprofundamentos quanto ao tema e confrontações em relação ao art. 931 do Código Civil.....	195
4.4.	Excludentes de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor.....	205
4.4.1.	As excludentes da não colocação do produto no mercado e da ausência de defeito	206
4.4.2.	A excludente da culpa ou fato exclusivo de terceiro.....	219
4.4.3.	A excludente da culpa ou fato exclusivo do próprio consumidor.....	221
4.4.4.	O enquadramento do caso fortuito e da força maior como excludentes da responsabilidade civil consumerista. Os eventos internos e externos e o risco do empreendimento	223
4.4.5.	Os riscos do desenvolvimento como excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor.....	238
4.5.	O fato concorrente do consumidor como atenuante da responsabilidade civil dos fornecedores e prestadores	242
4.6.	A responsabilidade civil pelo cigarro e o Código de Defesa do Consumidor.....	247
4.7.	A responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor e o <i>recall</i>	266
4.8.	A Lei Geral de Proteção de Dados e a responsabilidade civil	270
5.	A PROTEÇÃO CONTRATUAL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	277
5.1.	O conceito contemporâneo ou pós-moderno de contrato e o Direito do Consumidor. Os contratos coligados, os contratos cativos de longa duração e os “contratos inteligentes”	278
5.2.	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor	290
5.3.	A função social do contrato e a não vinculação das cláusulas desconhecidas e incompreensíveis (art. 46 do CDC). A interpretação mais favorável ao consumidor (art. 47 do CDC).....	299
5.4.	A força vinculativa dos escritos e a boa-fé objetiva nos contratos de consumo (art. 48 da Lei 8.078/1990). A aplicação dos conceitos parcelares da boa-fé objetiva	312
5.4.1.	<i>Supressio e surrectio</i>	315
5.4.2.	<i>Tu quoque</i>	317
5.4.3.	<i>Exceptio doli</i>	318
5.4.4.	<i>Venire contra factum proprium</i>	319
5.4.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i>	322
5.5.	O direito de arrependimento nos contratos de consumo (art. 49 da Lei 8.078/1990).....	325
5.6.	A garantia contratual do art. 50 da Lei 8.078/1990	332

5.7.	As cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor. Análise do rol exemplificativo do art. 51 da Lei 8.078/1990 e suas decorrências.....	336
5.7.1.	Cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos (art. 51, inc. I, do CDC).....	337
5.7.2.	Cláusulas que subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga (art. 51, inc. II, do CDC).....	338
5.7.3.	Cláusulas que transfiram responsabilidades a terceiros (art. 51, inc. III, do CDC)	339
5.7.4.	Cláusulas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou que sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (art. 51, inc. IV, do CDC).....	339
5.7.5.	Cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor (art. 51, inc. VI, do CDC)	348
5.7.6.	Cláusulas que determinem a utilização compulsória de arbitragem (art. 51, inc. VII, do CDC)	349
5.7.7.	Cláusulas que imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor (art. 51, inc. VIII, do CDC)	352
5.7.8.	Cláusulas que deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor (art. 51, inc. IX, do CDC)	353
5.7.9.	Cláusulas que permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral (art. 51, inc. X, do CDC)	354
5.7.10.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor (art. 51, inc. XI, do CDC).....	354
5.7.11.	Cláusulas que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor (art. 51, inc. XII, do CDC)	356
5.7.12.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração (art. 51, inc. XIII, do CDC)	358
5.7.13.	Cláusulas que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais (art. 51, inc. XIV, do CDC).....	359
5.7.14.	Cláusulas que estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (art. 51, inc. XV, do CDC).....	360
5.7.15.	Cláusulas que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias (art. 51, inc. XVI, do CDC).....	362

5.7.16.	Cláusulas que condicionem ou limitem de qualquer forma o acesso aos órgãos do Poder Judiciário (art. 51, inc. XVII, do CDC)	363
5.7.17.	Cláusulas que estabeleçam prazos de carência em caso de impontualidade das prestações mensais ou impeçam o restabelecimento integral dos direitos do consumidor e de seus meios de pagamento a partir da purgação da mora ou do acordo com os credores (art. 51, inc. XVIII, do CDC)	364
5.8.	Os contratos de fornecimento de crédito na Lei 8.078/1990 (art. 52) e o problema do superendividamento do consumidor. Análise da Lei 14.181/2021. A nulidade absoluta da cláusula de decaimento (art. 53)....	370
5.9.	O tratamento dos contratos de adesão pelo art. 54 do Código de Defesa do Consumidor. Purgação da mora e teoria do adimplemento substancial na alienação fiduciária em garantia de bens móveis.....	399
6.	A PROTEÇÃO QUANTO À OFERTA E À PUBLICIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	413
6.1.	Panorama geral sobre a tutela da informação e o Código de Defesa do Consumidor	413
6.2.	A força vinculativa da oferta no art. 30 da Lei 8.078/1990.....	415
6.3.	O conteúdo da oferta e a manutenção de sua integridade	422
6.4.	A responsabilidade civil objetiva e solidária decorrente da oferta	428
6.5.	A publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Princípios informadores. Publicidades vedadas ou ilícitas.....	436
6.5.1.	A vedação da publicidade mascarada, clandestina, simulada ou dissimulada (art. 36 do CDC).....	437
6.5.2.	A vedação da publicidade enganosa (art. 37, § 1º, do CDC).....	438
6.5.3.	A vedação da publicidade abusiva (art. 37, § 2º, do CDC). A publicidade comparativa	446
6.6.	O ônus da prova da veracidade da informação publicitária.....	451
7.	O ABUSO DE DIREITO CONSUMERISTA. AS PRÁTICAS ABUSIVAS VEDADAS PELA LEI 8.078/1990 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS	455
7.1.	Algumas palavras sobre o abuso de direito.....	456
7.2.	Estudo das práticas abusivas enumeradas pelo art. 39 do CDC.....	458
7.2.1.	Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos (art. 39, inc. I, do CDC).....	459
7.2.2.	Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes (art. 39, inc. II, do CDC)....	467
7.2.3.	Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço (art. 39, inc. III, do CDC).....	468

7.2.4.	Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista a sua idade, saúde e condição social, para vender-lhe produto ou serviço (art. 39, inc. IV, do CDC).....	472
7.2.5.	Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva (art. 39, inc. V, do CDC)	474
7.2.6.	Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes (art. 39, inc. VI, do CDC)	478
7.2.7.	Repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos (art. 39, inc. VII, do CDC)	480
7.2.8.	Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO (art. 39, inc. VIII, do CDC).....	481
7.2.9.	Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais (art. 39, inc. IX, do CDC).....	482
7.2.10.	Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços (art. 39, inc. X, do CDC).....	483
7.2.11.	Aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido (art. 39, inc. XIII, do CDC)	483
7.2.12.	Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério (art. 39, inc. XII, do CDC)	484
7.2.13.	Permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo (art. 39, inc. XIII, do CDC)	484
7.3.	A necessidade de respeito ao tabelamento oficial, sob pena de caracterização do abuso de direito (art. 41 do CDC).....	484
7.4.	O abuso de direito na cobrança de dívidas (art. 42, <i>caput</i> , do CDC). O problema do corte de serviço essencial. A necessidade de prestação de informações na cobrança (art. 42-A do CDC).....	486
7.5.	A repetição de indébito no caso de cobrança abusiva (art. 42, parágrafo único, do CDC).....	501
8.	BANCO DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES	511
8.1.	A natureza jurídica dos bancos de dados e cadastros e sua importante aplicabilidade social. Diferenças entre as categorias	511

8.2.	O conteúdo dos arts. 43 e 44 do Código de Defesa do Consumidor e seus efeitos. A interpretação jurisprudencial.....	517
8.2.1.	A inscrição ou registro do nome dos consumidores.....	518
8.2.2.	A retificação ou correção dos dados.....	520
8.2.3.	O cancelamento da inscrição.....	525
8.2.4.	A reparação dos danos nos casos de inscrição indevida do nome do devedor. Crítica à Súmula 385 do STJ. Prazo para se pleitear a reparação.....	528
8.2.5.	O cadastro de fornecedores e prestadores e o alcance do art. 44 da Lei 8.078/1990.....	535
8.3.	O cadastro positivo. Análise da Lei 12.414, de 9 de junho de 2011, e da Lei Complementar 166, de 8 de abril de 2019.....	536
9.	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (ART. 28 DA LEI 8.078/1990). ASPECTOS MATERIAIS.....	545

2.ª PARTE

DIREITO PROCESSUAL

Daniel Amorim Assumpção Neves

10.	TUTELA INDIVIDUAL DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	561
10.1.	Introdução.....	561
10.2.	Meios de solução dos conflitos.....	563
10.2.1.	Introdução.....	563
10.2.2.	Jurisdição.....	564
10.2.3.	Equivalentes jurisdicionais.....	565
10.2.3.1.	Autotutela.....	566
10.2.3.2.	Autocomposição.....	567
10.2.3.3.	Mediação.....	569
10.2.3.4.	Conciliação e mediação no CPC/2015.....	570
10.2.3.4.1.	Introdução.....	570
10.2.3.4.2.	Centros Judiciários de solução consensual de conflitos.....	570
10.2.3.4.3.	Local físico da conciliação e mediação.....	571
10.2.3.4.4.	Conciliador e mediador.....	572
10.2.3.4.5.	Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos.....	574
10.2.3.4.6.	Cadastros.....	578
10.2.3.4.7.	Remuneração do conciliador e do mediador.....	579

10.2.3.4.8.	Impedimento do conciliador e do mediador	579
10.2.3.4.9.	Causas de exclusão	580
10.2.3.4.10.	Solução consensual no âmbito administrativo.....	580
10.2.3.4.11.	Conciliação e mediação extrajudiciais.....	581
10.2.3.5.	Arbitragem	581
10.2.3.5.1.	Generalidades	581
10.2.3.5.2.	Arbitragem na relação consumerista.....	583
10.3.	Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer.....	589
10.3.1.	Introdução.....	589
10.3.2.	Tutela jurisdicional	589
10.3.2.1.	Tutela jurisdicional específica.....	589
10.3.2.2.	Tutela inibitória	590
10.3.3.	Procedimento previsto pelo art. 84 do CDC.....	592
10.3.3.1.	Introdução.....	592
10.3.3.2.	Obtenção de tutela específica ou determinação de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento	592
10.3.3.3.	Conversão em perdas e danos.....	593
10.3.3.4.	Tutela de urgência	595
10.3.3.5.	Tutela da evidência.....	598
10.3.3.5.1.	Introdução.....	598
10.3.3.5.2.	Hipóteses de cabimento	599
10.3.3.6.	Atipicidade dos meios executivos.....	603
10.3.3.7.	Multa.....	608
10.3.3.7.1.	Introdução.....	608
10.3.3.7.2.	Valor da multa.....	609
10.3.3.7.3.	Beneficiado pela multa.....	609
10.3.3.7.4.	Fazenda Pública em juízo	610
10.3.3.7.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa.....	611
10.3.3.7.6.	Exigibilidade da multa	614
10.3.3.7.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor	616
10.4.	Competência.....	617
10.4.1.	Introdução.....	617
10.4.2.	Competência da Justiça.....	617
10.4.3.	Competência territorial.....	619
10.4.3.1.	Cláusula de eleição de foro	624

10.4.3.1.1.	Introdução.....	624
10.4.3.1.2.	Súmula 33 do STJ vedação ao reconhecimento de ofício de incompetência relativa.....	625
10.4.3.1.3.	Flexibilização jurisprudencial à Súmula 33 do STJ.....	625
10.4.3.1.4.	O indevido condicionamento da declaração de nulidade de cláusula de eleição de foro e o reconhecimento de ofício da incompetência relativa	627
10.4.3.1.5.	Ineficácia da cláusula de eleição de foro..	628
10.4.3.1.6.	A curiosa criação de uma preclusão judicial temporal.....	629
10.4.4.	Competência do juízo.....	631
10.5.	Intervenções de terceiros.....	632
10.5.1.	Introdução.....	632
10.5.2.	Denúnciação da lide	632
10.5.2.1.	Vedação legal	632
10.5.2.2.	Fundamentos da vedação legal.....	633
10.5.2.2.1.	Dilação do tempo de duração do processo em prejuízo ao consumidor.....	633
10.5.2.2.2.	Nova causa de pedir em razão da denúnciação da lide.....	636
10.5.2.2.3.	Abrangência da vedação legal	637
10.5.3.	Chamamento ao processo	639
10.5.3.1.	Introdução.....	639
10.5.3.2.	Espécie atípica de chamamento ao processo.....	639
10.5.3.3.	Ação diretamente proposta contra a seguradora.....	641
10.5.3.4.	Vedação de integração do Instituto de Resseguros do Brasil.....	643
10.6.	Litisconsórcio alternativo e o Código de Defesa do Consumidor.....	644
10.7.	Inversão do ônus da prova	649
10.7.1.	Ônus da prova.....	649
10.7.2.	Regras de distribuição do ônus da prova	650
10.7.3.	Inversão do ônus da prova.....	652
10.7.3.1.	Inversão convencional.....	652
10.7.3.2.	Inversão legal.....	653
10.7.3.3.	Inversão judicial	655
10.7.3.3.1.	Requisitos para a inversão judicial.....	658
10.7.4.	Momento de inversão do ônus da prova	662

10.7.5.	Inversão do ônus da prova e do adiantamento de custas processuais	667
11.	TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	671
11.1.	Introdução.....	671
11.1.1.	Tutela jurisdicional coletiva.....	671
11.1.2.	Origem da tutela jurisdicional coletiva.....	673
11.1.3.	Microsistema coletivo	675
11.1.4.	Marcos legislativos.....	678
11.2.	Espécies de direitos protegidos pela tutela coletiva.....	682
11.2.1.	Introdução.....	682
11.2.2.	Direitos ou interesses?.....	682
11.2.3.	Direito difuso	684
11.2.4.	Direito coletivo.....	686
11.2.5.	Direitos individuais homogêneos.....	688
11.2.6.	Identities e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i>	692
11.2.7.	Direitos individuais indisponíveis.....	695
11.3.	Competência na tutela coletiva.....	697
11.3.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial?	697
11.3.2.	Competência absoluta do foro.....	699
11.3.3.	Dano local, regional e nacional	702
11.4.	Legitimidade	705
11.4.1.	Espécies de legitimidade.....	705
11.4.2.	Cidadão.....	707
11.4.3.	Ministério Público.....	709
11.4.4.	Pessoas jurídicas da Administração Pública.....	713
11.4.5.	Associação.....	715
11.4.5.1.	Introdução.....	715
11.4.5.2.	Constituição há pelo menos um ano.....	716
11.4.5.3.	Pertinência temática.....	719
11.4.5.4.	Representação adequada (<i>adequacy of representation</i>)	719
11.4.5.4.1.	Introdução.....	719
11.4.5.4.2.	Sistema <i>ope iudicis</i> (sistema da <i>common law</i>).....	720
11.4.5.4.3.	Sistema <i>ope legis</i> (<i>civil law</i>)	721
11.4.5.4.4.	Situação atual no Brasil	723
11.4.5.4.5.	Legitimidade extraordinária ou representação processual?	724
11.4.6.	Defensoria Pública.....	729

11.5.	Relação entre a ação coletiva e a individual	737
11.5.1.	Introdução.....	737
11.5.2.	Litispêndência	737
11.5.3.	Conexão e continência.....	739
11.5.3.1.	Conceito	739
11.5.3.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão	740
11.5.3.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos.....	742
11.5.3.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão.....	744
11.5.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual	746
11.5.4.	Suspensão do processo individual	748
11.5.5.	Extinção do mandado de segurança individual	750
11.6.	Coisa julgada.....	751
11.6.1.	Introdução.....	751
11.6.2.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	751
11.6.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	756
11.6.4.	Limitação territorial da coisa julgada	758
11.7.	Gratuidade	764
11.7.1.	Introdução.....	764
11.7.2.	Isenção de adiantamento.....	764
11.7.3.	Condenação em verbas de sucumbência	769
11.8.	Liquidação de sentença.....	773
11.8.1.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	773
11.8.2.	Natureza jurídica da liquidação	774
11.8.3.	Legitimidade ativa.....	775
11.8.4.	Competência	778
11.8.5.	Espécies de liquidação de sentença	781
11.8.6.	Direito difuso e coletivo	782
11.8.7.	Direito individual homogêneo	782
11.8.8.	Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo.....	785
11.9.	Execução.....	786
11.9.1.	Processo de execução e cumprimento de sentença.....	786
11.9.1.1.	Execução por sub-rogação e indireta.....	786
11.9.1.2.	Prescrição	792
11.9.2.	Legitimidade ativa.....	795
11.9.3.	Direitos difusos e coletivos.....	797
11.9.4.	Direitos individuais homogêneos.....	798

11.9.4.1. Introdução.....	798
11.9.4.2. Execução por <i>fluid recovery</i>	798
11.9.4.3. Legitimidade.....	802
11.9.5. Regime jurídico das despesas e custas processuais	805
12. ASPECTOS PROCESSUAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	809
12.1. Introdução.....	809
12.2. Responsabilidade patrimonial secundária.....	809
12.3. Forma procedimental da desconsideração da personalidade jurídica	813
12.3.1. Introdução.....	813
12.3.2. Momento	814
12.3.3. Procedimento.....	815
12.3.4. Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa).....	819
12.3.5. Recorribilidade.....	821
12.4. Desconsideração da personalidade jurídica de ofício	822
13. ORDEM PÚBLICA E TUTELA PROCESSUAL DO CONSUMIDOR.....	825
13.1. Matérias de defesa	825
13.2. Preclusão temporal	826
13.3. Preclusão consumativa	830
13.4. Objeções e natureza de ordem pública das normas consumeristas	831
14. HABEAS DATA E DIREITO DO CONSUMIDOR	835
14.1. Introdução.....	835
14.2. Direito à informação e <i>habeas data</i>	836
14.3. Hipóteses de cabimento	837
14.3.1. Introdução.....	837
14.3.2. Direito à informação	837
14.3.3. Direito à retificação de dados	838
14.3.4. Anotação sobre dado verdadeiro.....	838
14.4. Fase administrativa	839
14.4.1. Interesse de agir	839
14.4.2. Procedimento.....	840
14.4.2.1. Fase pré-processual	840
14.4.2.2. Fase processual.....	842
14.4.2.2.1. Introdução.....	842
14.4.2.2.2. Petição inicial	843

14.4.2.2.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial.....	844
14.4.2.2.4.	Prestação de informações.....	845
14.4.2.2.5.	Intimação da pessoa jurídica de direito público ⁷	846
14.4.2.2.6.	Participação do Ministério Público.....	846
14.4.2.2.7.	Instrução.....	847
14.4.2.2.8.	Decisão.....	847
14.5.	Liminar.....	848
14.6.	Legitimidade.....	849
14.6.1.	Legitimidade ativa.....	849
14.6.2.	Legitimidade passiva.....	850
14.7.	Competência.....	851
14.8.	Recursos.....	852
15.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DA LEI 14.181/2021 (SUPERENDIVIDAMENTO)	855
15.1.	Introdução.....	855
15.2.	Cabimento do procedimento nos juzados especiais.....	856
15.3.	Competência.....	856
15.4.	Processo de repactuação consensual de dívidas.....	859
15.4.1.	Petição inicial.....	859
15.4.2.	Audiência conciliatória.....	860
15.4.3.	Autocomposição.....	862
15.4.4.	Plano.....	864
15.4.5.	Contestação.....	867
15.5.	Revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas.....	869
15.5.1.	Introdução.....	869
15.5.2.	Novo processo ou novo procedimento.....	870
15.5.3.	Procedimento.....	871
15.6.	Autocomposição extrajudicial.....	875
BIBLIOGRAFIA	877